

- **Brasil altera as regras de valoração aduaneira para produtos têxteis**
- **Artigo especial: Gilberto Scofield Jr. analisa a evolução da sociedade chinesa**
- **China torna-se maior emissor global de gás carbônico e reanima debate ambientalista**
- **Aumento do imposto sobre selo é nova tentativa de conter excesso de otimismo das bolsas**

Comércio bilateral

Brasil adota preço de referência para importações do setor de vestuário

O Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior anunciaram, em 12 de junho, a criação de um novo pacote de medidas de apoio aos exportadores com a finalidade de garantir maior competitividade para os setores mais afetados pela valorização do câmbio. As importações têxteis originárias da China serão as que sofrerão maior impacto. O governo brasileiro já havia aprovado a elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) sobre têxteis e calçados importados para 35%, medida que ainda aguarda aprovação pelos parceiros do Mercosul.

Dentre as novidades, foi anunciada a alteração das regras de valoração aduaneira com a adoção do sistema de preço de referência para as importações de têxteis. Desta forma, o tributo incide sobre a quantidade importada (*ad rem*), ao invés de incidir sobre o preço da importação (*ad valorem*), de acordo com valores mínimos preestabelecidos por quilo, para cada categoria de produtos de vestuário e com base no preço da matéria-prima que compõe o artigo confeccionado. Para estabelecer as novas tarifas, a Receita Federal elaborou uma lista de preços de referência junto com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).

Trata-se de mais uma medida paliativa que não soluciona o problema de competitividade enfrentado pelo setor. A implementação de reformas estruturais e de políticas públicas de longo prazo necessárias à criação de ambiente propício à competitividade da indústria brasileira – sem deixar de mencionar os investimentos em infra-estrutura – são os únicos instrumentos eficazes para garantir o fortalecimento do setor e crescimento de suas exportações. Esses instrumentos, ao contrário de práticas protecionistas, geram resultados além das fronteiras brasileiras e podem garantir a expansão da presença de seus produtos no mercado global. No entanto, o Brasil não deve minimizar as dificuldades enfrentadas pelo setor têxtil, tampouco deixar de aplicar as medidas de defesa comercial necessárias sempre que for comprovada existência de práticas de *dumping*.

Meio ambiente

Crescimento vs. ambientalismo: agendas em conflito

A Agência de Pesquisas Ambientais da Holanda publicou, em 20 de junho, o que já era esperado por muitos analistas: em 2006, a China tornou-se o maior emissor global de gás carbônico (CO₂), principal gás-estufa. O motivo seria o alto consumo de petróleo, carvão e gás natural – os chineses lançaram 6,2 bilhões de toneladas de CO₂ na atmosfera no ano passado, contra 5,8 bilhões de toneladas lançadas pelos norte-americanos.

O governo chinês parecia estar preparado para a notícia. No início de junho, o presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ma Kai, reconheceu que a China tomaria dos Estados Unidos o posto de principal emissor de CO₂ do mundo em 2008 – o prazo foi apenas antecipado em um ano. A afirmação foi feita no lançamento do primeiro plano chinês de combate à mudança climática, apresentado dois dias antes da Cúpula do G-8 na Alemanha. O documento não especifica mecanismos concretos de redução das emissões de CO₂, embora se comprometa a controlá-las: o consumo energético deve ser reduzido em 20% até 2010, por exemplo. Ma, no entanto, ressaltou que o nível per capita de emissões permanecerá “apenas uma quinta parte do norte-americano”.

O novo plano chinês reforça a posição defendida por Pequim de que os países desenvolvidos e seus 200 anos de industrialização são os principais responsáveis pelo aquecimento global e, por isso, eles têm a obrigação de reduzir as emissões. Foi seguindo este raciocínio que o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Qin Gang, em resposta à pesquisa holandesa, afirmou que “é injusto que os países ricos comprem barato nossos produtos e depois nos condenem por poluir. Os países desenvolvidos têm transferido boa parte de sua produção para a China. As roupas, as moradias e mesmo os alimentos de muitos consumidores são produtos fabricados na China”.

Não apenas a transferência de produção deve ser culpada, segundo o governo chinês. Ma Kai também critica os países que importam produtos chineses intensivos em energia e que, segundo ele, deveriam assumir a responsabilidade pelas emissões tóxicas destes manufaturados. A China, segundo Ma, exportou 24 milhões de toneladas de aço em 2006, o que não é contabilizado como agressão ao meio ambiente pelos países importadores.

No que tange o consumo de carvão, outra frustração. Divulgadas pela primeira vez em março, as estatísticas do setor mostram que a China consumiu 2,5 bilhões de toneladas de carvão em 2006, 9,3% acima do consumo de 2005. A meta de redução, de 4%, ficou muito distante. Mais agravante foi a mudança do status chinês de exportador líquido de carvão, até o primeiro trimestre de 2007, para importador líquido do produto. A inversão do quadro ocorreu não por incapacidade de atender à demanda doméstica, mas devido ao fim dos incentivos tarifários à exportação do carvão e à adoção de incentivos à importação. Este cenário tende a forçar a redução nos preços do produto e a superutilização do recurso no mercado doméstico.

Mesmo que as reformas das empresas estatais nos últimos anos tenham levado ao fechamento de muitas das fábricas mais poluentes – a emissão de alguns poluentes, incluindo dióxido sulfúrico, declinaram brevemente em 2000 –, o prognóstico para os próximos anos não é bom. Em 2011, de acordo com previsões da *Economist Intelligence Unit* (EIU), o consumo de energia do país aumentará para 86% do total do consumo dos Estados Unidos, contra 39% em 2000. Ainda que o consumo e as emissões per capita estejam bem abaixo de países como os Estados Unidos, isso também pode ser entendido como um problema em termos absolutos. Para contornar os apagões que ocorreram em 2004 e 2005, o país vem construindo grande número de novas usinas das quais a maior parte é termelétrica e, muito provavelmente, ainda não seguem padrões ambientais internacionais, segundo analistas do EIU.

A poluição da água também é severa. O país tem apenas 6,5% das fontes renováveis mundiais, ao mesmo tempo em que abarca aproximadamente um quinto da população do globo. Além de as fontes existentes não serem distribuídas adequadamente, a escassez de água é agravada pelo uso irresponsável por parte das indústrias e pela poluição. Apenas metade do esgoto é tratado e, até o final de 2005, 278 das 661 maiores cidades chinesas não tinham estações de tratamento sanitário.

Diplomacia e vizinhança – O governo chinês admite que seus problemas ambientais afetam até sua política externa. O vice-ministro chinês de meio ambiente, Pan Yue, reclamou à imprensa que “as missões chinesas vão ao exterior para assegurar fontes energéticas, ao passo que missões estrangeiras vêm à China para conversar sobre o impacto ambiental do país. É uma diplomacia paradoxal”.

Para seus vizinhos, a China é uma ameaça ambiental em diversos níveis. Por ser o maior produtor e consumidor de carvão do mundo, não é surpresa que o país seja também o maior emissor mundial de dióxido sulfúrico, o que tem provocado reclamações de Japão e Coréia do Sul – culpam a China pela chuva ácida em seus territórios. Tempestades de areia, resultado de processo de desertificação, também são problema para os países vizinhos.

No final de 2005, a explosão de uma planta química no norte da província de Jilin espalhou uma língua de benzeno tóxico de 80 km de extensão pelo rio Songhua. Apesar das tentativas das autoridades locais em conter o vazamento, a cidade de Harbin foi obrigada a interromper o abastecimento de água, e até mesmo a Rússia foi atingida.

Já o plano chinês de duplicar sua capacidade hidrelétrica até 2010 preocupa a Índia. Diversos rios com nascente no Tibet tiveram sua capacidade de vazão reduzida por terem sido represados. O próximo passo seria modificar o curso do rio Brahmaputra para regiões áridas do noroeste chinês, apesar de engenheiros já terem considerado o plano inviável. Caso concretizado, o programa pode incitar animosidade com ambientalistas e políticos indianos.

As companhias chinesas precisam estar atentas à visibilidade internacional que o ambientalismo tem tomado, não apenas por parte de países e organismos internacionais, como também pelo mercado consumidor. O crescimento da consciência ambiental em mercados de alto padrão de consumo gera maior preocupação não apenas com a qualidade dos produtos, como também o quanto o produto está de acordo com padrões de respeitabilidade ao meio ambiente – embalagem, eficiência energética, reciclabilidade, biodegradabilidade. O aumento da consciência ambiental pode causar impacto nas exportações chinesas.

Crescimento vs. meio ambiente – Não parece haver, até agora, solução de curto prazo que compatibilize crescimento econômico com proteção ambiental na China. A meta é dobrar o PIB per capita até 2020, de acordo com o 11º Plano Quinquenal (referente ao período 2006-10) e transformar o tamanho total da economia chinesa dos atuais US\$ 2,6 trilhões em US\$ 6 trilhões em 2020.

Apesar de falhar no cumprimento dos objetivos de redução da poluição, o governo chinês parece estar mais atento ao desenvolvimento sustentável. Há maior pressão do alto escalão do Partido Comunista para a mudança, bem como maior atuação das organizações não-governamentais de meio ambiente na China e da própria população.

A mudança mais fundamental é a maior transparência e articulação da agenda ambiental com as políticas da cúpula do Partido Comunista. O 11º Plano Quinquenal enfatiza também a necessidade de crescimento sustentável e a qualidade da produção, além de apresentar diversas metas ambientais, como o corte de 20% da energia consumida per capita, redução de 10% do total das emissões dos principais poluentes, aumento da área florestada, melhoria no uso de água pela agricultura e indústria, e aumento da rede sanitária.

O que pode colocar esses planos em xeque é a excessiva prioridade conferida ao crescimento por parte dos empresários e políticos. Oficiais são recompensados pela atração de investimento e estímulo ao crescimento, o que favorece a aprovação de inúmeros projetos sem estudo de impacto ambiental. Também é um agravante a confusão institucional do sem-número de agências governamentais de proteção ao meio ambiente, além da falta de poder do principal órgão, a Administração Estatal de Proteção Ambiental (SEPA, na sigla em inglês). A SEPA, por maior que seja o desejo de muitos políticos em transformá-la em ministério, é colbida por pastas mais poderosas. A atenção ao meio ambiente tende a continuar a sofrer impedimentos em função das conexões entre as grandes estatais e o conflito de interesses entre o governo central e as províncias.

A China esforça-se para dar fim à crise ambiental, porém a tarefa é hercúlea. Não se sabe se o governo central terá habilidade e estímulo suficiente para colocar em prática as promessas de implementar tecnologia mais limpa, reduzir emissões de

gases estufa e aumentar as penalidades. O que o país poderia fazer, por exemplo, é elevar o orçamento destinado ao meio ambiente: o investimento para conter a poluição, em relação ao PIB, passou de 1% em 2001 para 1,3% em 2005. O montante, porém, ainda está abaixo da recomendação de 2% do PIB do Banco Mundial até 2020.

Não obstante, o país tem potencial para se posicionar positivamente no cenário internacional no combate à mudança climática. É o maior beneficiário do comércio de créditos de carbono regulamentado pelo Protocolo de Kyoto, recebendo investimentos de indústrias poluidoras dos países desenvolvidos. No entanto, enquanto o país continuar a trilhar seu caminho de “fábrica do mundo”, conclusões como as do relatório holandês serão cada vez mais comuns.

Mercado de capitais

Aumento do imposto sobre selo é nova tentativa de conter excesso de otimismo das bolsas

A fim de conter o superaquecimento do mercado acionário doméstico e as perdas significativas dos investidores, em especial de pequenos investidores individuais, o governo chinês triplicou, em 30 de maio, o chamado imposto sobre o selo, que incide sobre transações de ações, acordos técnicos e registros comerciais contábeis. A medida, que elevou a tarifa de 0,1% para 0,3%, foi responsável por nova queda das bolsas internacionais e pela segunda maior queda das bolsas chinesas em 2007 – a primeira, em fevereiro, foi de 8,8%.

O acelerado crescimento econômico, o excesso de liquidez e a possibilidade de ganhos imediatos têm estimulado apostas no mercado de capitais chinês. Nos quatro primeiros meses de 2007, a bolsa de Xangai registrou valorização de 62%. No mesmo período, milhões de novas contas para transações de ações foram criadas. Parte significativa das contas abertas, no entanto, permanece inutilizada, dado que boa parte é controlada por companhias chinesas ou utilizadas por investidores que possuem mais de uma conta.

O cenário excessivamente otimista das bolsas tem sido motivo de preocupação para o governo chinês. Atento à possibilidade de formação de bolha especulativa no mercado de capitais doméstico, o país já adotou outras medidas para conter investidores. Recentemente, proibiu concessões de empréstimos em cartões de crédito que tenham como finalidade a aplicação dos recursos no mercado acionário. O principal objetivo é evitar que a poupança de cidadãos chineses seja perdida em investimentos de risco em um país carente de um sistema de previdência social consolidado.

Com receio de que medidas mais drásticas fossem implementadas, logo após anúncio de elevação do imposto sobre o selo as bolsas chinesas registraram queda abrupta. O principal indicador da bolsa de Xangai, o *Shanghai Composite Index* (SCI), recuou 6,5%, influenciando as demais bolsas do mundo. Ainda como reflexo da decisão governamental, em 4 de junho, registrou-se a segunda maior queda anual das bolsas chinesas, de 8,2%.

O desafio do governo chinês está, portanto, em associar confiança dos investidores ao controle do superaquecimento do mercado de ações e, assim, garantir estabilidade econômica. Embora o mercado de capitais tenha se tornado cada vez mais relevante para a economia chinesa, ele ainda é incipiente e menos importante do que em outros países em desenvolvimento. Dados da *Economist Intelligence Unit* (EIU) apontam que mais de 75% das ações de primeira linha da bolsa de Xangai são de empresas estatais com baixa liquidez.

O anúncio de mudanças no mercado acionário chinês foi, como em fevereiro, utilizado como justificativa para a desvalorização das bolsas de outras praças. No entanto, dado que as bolsas da China movimentam um volume reduzido de capital, restringem a participação de investidores estrangeiros e não refletem a realidade dos negócios no país, suas oscilações têm ainda impacto pouco significativo sobre o desempenho financeiro das grandes bolsas internacionais.

Leia mais na
Carta da China 25

Leia mais na
Carta da China 26

Os chineses mudam, mas a democracia não decola*Gilberto Scofield Jr.¹*

No início de junho, o jornal *Beijing Daily* publicou uma interessante reportagem sobre os resultados da Pesquisa da Moralidade Nacional 2005-2006 (o título é esse mesmo), feita pelo governo da China para medir qualitativamente as mudanças no que Pequim chama de “construção ética das famílias”. De cara, achei que se tratava de mais uma ação conservadora do governo na linha “vejam-como-a-amoralidade-ocidental-está-levando-os-chineses-à-perdição”. Bobagem. Na falta de psicanalistas na China, que ainda trilha caminhos pavlovianos, são os estatísticos que mostram ao mundo como a abertura econômica vai mudando aos poucos o que pensam e como agem os chineses.

A pesquisa mostra que a ética familiar chinesa está abandonando velhos conceitos, como a desconsideração da mulher na hierarquia familiar ou a falta de conversa entre cônjuges ou entre pais e filhos sobre o próprio cotidiano da família. Sexo, antes um assunto proibido, passa a fazer parte dos debates do casal e seus filhos. Por sua vez, o padrão de dependência entre membros da família, algo considerado normal ao longo dos séculos na China, está aos poucos cedendo lugar para o conceito de independência, financeira ou emocional. Ou seja: aparentemente cansados da falta de privacidade dos núcleos familiares que reúnem três diferentes gerações de uma família no mesmo lugar, os chineses estão encarando com mais normalidade o fato de um filho (ou um avô, ou um casal recém-casado, por exemplo) querer morar sozinho e ter seu espaço.

Uma parte da pesquisa, a meu ver, peca pela análise excessivamente técnica (ou econômica, se preferirem) de um tema muito mais político: as famílias chinesas estão interagindo mais com a sociedade. Para a pesquisa, encomendada pelo governo, mas realizada pela Universidade Renmin (Popular) da China, os chineses das emergentes classes média e alta querem mostrar agora sua prosperidade econômica e não temem discutir com amigos, colegas de trabalho e vizinhos temas que antes eram restritos à mesa do jantar. Algum tempo atrás, eu escrevi para o suplemento *Ela*, do *Globo*, sobre o fenômeno dos *chuppies*, como são conhecidos os *chinese yuppies*, novos-ricos para os quais ter não é o bastante. É preciso ostentar.

Perfeito. Mas algo ficou de fora nesta análise e ela tem a ver com os dilemas vividos pelo Partido Comunista da China (PCC) na tarefa de fazer a abertura política caminhar junto com a abertura econômica. Com a aproximação dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, o governo chinês tenta afrouxar um pouco o torniquete que mantém calada (ou presa) qualquer dissidência. Veículos estrangeiros de comunicação, por exemplo, conseguem com mais facilidade (um pouco) conversar pessoalmente ou por telefone com dissidentes antes incomunicáveis, como Zeng Jinyan, mulher do ativista ambiental Hu Jia, que decidiu escrever num blog, o Tiananmen 2.0, como a polícia os assedia, ora prendendo o casal, ora vigiando sua casa. O blog ganhou atenção internacional e Zeng Jinyan acabou eleita pela revista *Time* como uma das 100 mais influentes personalidades do ano.

Ou o economista Mao Yushi, entrevistado recentemente pela *The Economist*, cuja principal campanha é fazer com que o PCC declare inconstitucional a campanha anti-direitista deflagrada por Mao Tsé-tung em 1957. Nada menos que 500 mil chineses que discordavam do governo da China naquela época – fossem direitistas ou não – acabaram presos ou enviados aos infames “campos de reeducação pelo trabalho” (os que não se suicidaram). Este ano, a

¹*Gilberto Scofield Jr. é jornalista, correspondente do jornal O GLOBO em Pequim, na China, além de colaborador do canal de notícias Globonews e autor do blog “No Oriente – diários de um ocidental no coração da Ásia”, hospedado no website Globo Online. Publicou recentemente o livro “Um brasileiro na China: o olhar de um jornalista estrangeiro sobre o país que mais cresce no mundo”, pela editora Ediouro.*

campanha completa 50 anos e ainda que o PCC tenha dito em 1981 que o expurgo tinha ido longe demais, a cúpula do partido deixou claro que lançar a campanha não foi um erro. Para Mao, o PCC é um “partido de mentirosos”.

Mas se isso pode ser lido na imprensa estrangeira, a mídia chinesa continua sob vigilância cerrada. A seção asiática da ONG Repórteres Sem Fronteira e a ONG *Humans Rights Watch* (HRW) denunciam que as facilidades anunciadas pelo governo de Pequim para que jornalistas, chineses e estrangeiros, trabalhem no país de janeiro de 2007 a dezembro de 2008 – abertura definida pelo governo de Pequim como “uma forma de permitir que a imprensa entenda melhor a China” – são uma farsa e que a repressão aos veículos chineses tem piorado. Diz a HRW que pesquisadores, tradutores e assistentes chineses de veículos estrangeiros estão sendo ameaçados por policiais e por funcionários de governos locais na elaboração de entrevistas.

O mais recente episódio de retaliação ocorreu com três editores chineses que permitiram a publicação de um anúncio da “Mães da Praça da Paz Celestial” — que reúne mães e parentes dos estudantes mortos no lugar — na revista *Chengdu Wanbao*, na capital da província de Sichuan. Segundo a ONG Repórteres sem Fronteira, o anúncio era uma espécie de parabéns à persistência do grupo em reivindicar que o governo de Pequim assuma o assassinato dos estudantes e pague indenizações às famílias.

Mas se houve a retaliação, por sua vez a própria publicação do anúncio seria impensável há 10 anos. É cada vez mais comum ver matérias sobre abusos de funcionários públicos no exercício do cargo na mídia chinesa, coisa impossível há alguns anos. Em todo o caso, percebe-se no chinês médio dos grandes centros urbanos uma abertura maior para criticar o próprio governo. Motoristas de táxi de Pequim, por exemplo, não se intimidam na hora de dizer como o fenômeno do enriquecimento chinês beneficia mais aos funcionários de alto escalão do governo do que aos próprios chineses. É desabafo de um povo que durante séculos foi punido por dizer o que pensa, especialmente durante os surtos nacionalistas e comunistas pós-1949, como a maluquice coletiva batizada de Revolução Cultural e que envergonha os chineses até hoje.

Em resumo, não acho que é apenas a emergência econômica da China que faz as famílias chinesas falarem mais de si mesmas. Há uma impressão maior, entre os próprios chineses, de que o espaço para críticas aumentou. Mas que ninguém se iluda. A duração da elite comunista no leme da China depende exatamente do quanto o partido poderá manter esta impressão de crítica sob controle. Reformas democráticas, por exemplo? Não acredito nisso tão cedo. A China tem hoje 177 milhões de internautas e perto de 18 milhões de blogs. Muitos falam o que pensam e quando criticam além da conta, o site é censurado. Com a ajuda de tecnologia e 30 mil censores, ainda dá para segurar. Mas e quando o país tiver mais de 500 milhões de internautas? O PCC precisa urgentemente se reinventar.

Energia

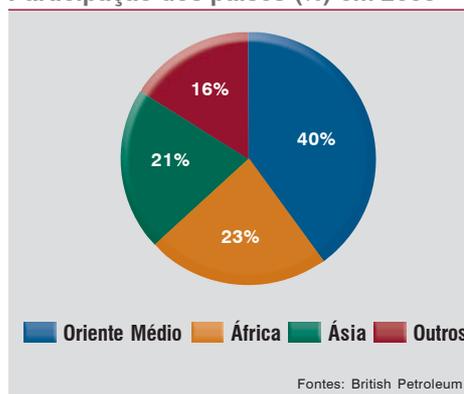
América Latina torna-se opção alternativa de fonte energética para a China

Não são apenas os produtos agrícolas extensivos em terra (como a soja) e os metais e minerais que atizam o apetite chinês por matérias-primas na América Latina. Cada vez mais, graças à competição global por recursos energéticos e devido à necessidade chinesa de garantir fontes seguras de petróleo, o país tem buscado alternativas muito além dos seus vizinhos asiáticos e do Oriente Médio. Além da África, mais recentemente também a América Latina passou a figurar entre essas novas opções.

Atualmente, 40% das importações chinesas de petróleo ainda vêm do Oriente Médio, o que é um quadro estrategicamente instável se considerarmos a competição acirrada na região e a presença norte-americana já consolidada. Desde 1993, a

China tornou-se um importador líquido de petróleo, e a demanda energética continua crescendo em proporção muito maior do que sua produção. Em 2005, a produção foi de 3,6 milhões barris/dia, apenas pouco acima dos 2,8 milhões barris/dia produzidos em 1990. Já o consumo em 2005 foi de 6,9 milhões barris/dia, o que representa aumento de 100% em relação a 1990. A Administração de Informação Energética dos Estados Unidos estima que o consumo chinês atingirá 15 milhões barris/dia em 2030, ao passo que a produção continuará em 4,2 milhões barris/dia. A exacerbada demanda chinesa, portanto, exige que o país encontre novas fontes e novos fornecedores. Não é por acaso que companhias chinesas estão buscando parceiros em países não-tradicionais e muitas vezes politicamente instáveis, como Angola, Irã e Arábia Saudita.

Importações chinesas de petróleo
Participação dos países (%) em 2005



É sob este pano de fundo que a América Latina entra na esfera de interesses chinesa. Em novembro de 2004, o presidente Hu Jintao realizou a maior visita à região já feita por um chefe de Estado chinês. Nas questões energéticas, a visita resultou em acordos sobre participações em petrolíferas, *joint-ventures* com estatais e investimentos em infra-estrutura, especificamente transporte, gasodutos e refinarias.

Entre os primeiros negócios da China National Petroleum Corp. (CNPC) na região está a compra de 45% da companhia de capital argentino PlusPetrol Norte, localizada no Peru, por US\$ 200 milhões, em fevereiro de 2004. A PlusPetrol Norte é a principal produtora de petróleo do Peru, com produção de aproximadamente 17,8 milhões de barris/dia.

Já em setembro de 2005, a CNPC e a Sinopec uniram-se no consórcio Andes Petroleum para a compra dos ativos equatorianos da petrolífera Encana, no valor de US\$ 1,42 bilhão. O consórcio também adquiriu 36% das ações da equatoriana Oleoducto de Crudos Pesados. Um ano depois, a Sinopec firmou acordo com a indiana ONGC Videsh para a compra de 50% da petrolífera Colombia Ominex, subsidiária colombiana da norte-americana Ominex Resources, no total de US\$ 850 milhões. Apesar de os investimentos serem relativamente pequenos, eles representam grande oportunidade para as petrolíferas chinesas ganharem influência na região, com potencial de mais investimento no futuro.

A CNPC e a Sinopec também obtiveram êxito em acordos com petrolíferas estatais, a exemplo da Petrobras. Em 2004, a estatal brasileira assinou acordo de cooperação com a Sinopec para exploração, produção, refino, venda de petroquímicos e construção de gasodutos em conjunto. O acordo envolve assistência técnica chinesa na recuperação de campos de petróleo maduros, ao passo que o Brasil proverá assistência na perfuração em águas profundas no Mar da China.

Foi assinado também Memorando de Entendimento entre a Sinopec e a Petrobras para construção de gasoduto de US\$ 1,3 bilhão que ligará o nordeste e o sudeste do Brasil, o Gasene (Gasoduto de Interligação Sudeste–Nordeste). O Gasene futuramente poderá ser conectado ao Gasur (Gasoducto del Sur, que propõe ligar Venezuela, Brasil e Argentina). O envolvimento no Gasur é importante para a China, em especial se o país de fato quiser diversificar suas fontes energéticas na América Latina em favor do gás natural. Além disso, o gasoduto Brasil-Bolívia e o proposto gasoduto Bolívia-Argentina também irão ligar-se ao Gasur, permitindo o acesso às reservas de gás natural da Bolívia.

Na Venezuela, a CNPC assinou acordo de US\$ 350 milhões para investir em 15 campos petrolíferos na província de Anzoátegui, e mais US\$ 60 milhões em projetos de gás natural. A CNPC também firmou *joint-venture* com a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) para desenvolver campos na bacia do rio Orinoco.

A China tende a estabelecer-se como um parceiro estratégico da Venezuela não só em função das enormes reservas de petróleo deste país, mas fundamentalmente graças à tentativa venezuelana de reduzir sua dependência comercial com relação aos Estados Unidos. Além dos US\$ 1,5 bilhão já investidos, a *joint-venture* com a PDVSA prevê novos investimentos da ordem de US\$ 3 ou 4 bilhões. Se tais volumes forem confirmados, a PDVSA poderá se tornar a maior receptora de investimentos chineses da América Latina.

Apesar de promissoras, as relações energéticas entre China e América Latina ainda são tímidas. As exportações de petróleo cru da Venezuela para a China representam apenas 2,3% das importações chinesas, bem abaixo dos 18% de Angola, 16% da Arábia Saudita e 12% do Irã. Em parte, a distância explica isso, dado que são necessários 44 dias para que o petróleo venezuelano chegue à China. Mesmo que planos de um oleoduto que corte a Colômbia sejam concretizados, o tempo de transporte será reduzido em aproximadamente 20 dias, o que ainda manterá as fontes de recursos mais próximas mais atrativas.

A China parece não querer tomar atitudes que danifiquem severamente suas relações com competidores corporativos na América Latina – incluindo Chevron (EUA); Royal Dutch Shell (Holanda); ConocoPhillips (EUA); ExxonMobil (EUA); ENI (Itália); Statoil (Noruega); Repsol (Espanha); BP e Petrobras. O país asiático mantém parcerias com muitas destas companhias e seria contraproducente para sua estratégia empresarial engajar em práticas excessivamente não-competitivas, mesmo que o país anfitrião permitisse.

Ainda, a América Latina provavelmente permanecerá economicamente dependente dos Estados Unidos por muito tempo. Interpretar a presença chinesa na América Latina como desafio aos interesses econômicos e energéticos dos Estados Unidos é ilusório. Em 2005 a América Latina enviou 47% de suas exportações para os Estados Unidos, 14% para a UE e apenas 4% para a China. Assim, mesmo que a China cumpra suas promessas de investimentos no valor de US\$ 100 bilhões até 2010, ainda exercerá consideravelmente menos influência econômica do que os Estados Unidos.



Empresas e universidades: uma relação atrapalhada

Tom Miller¹

Os números são bem conhecidos: 88% das exportações chinesas em tecnologia são geradas por empresas com investimento estrangeiro, e 65% por empresas de capital totalmente estrangeiro. As indústrias exportadoras chinesas são responsáveis por muitos produtos tecnológicos, mas pouco dessa produção envolve tecnologia chinesa ou mesmo empresas chinesas.

O governo chinês pretende mudar esse quadro e busca expandir a base de ciência e tecnologia do país para que a China possa desenvolver suas tecnologias comerciais e padrões próprios. Como de costume, não faltam documentos de planejamento “de-cima-para-baixo” (por exemplo, estratégia de 15 anos para ciência e tecnologia publicada em 2007) ou fundos públicos: o orçamento deste ano injeta Rmb 72 bilhões² em setores como biotecnologia, telecomunicações, energia nuclear e *design* de chips. Oficiais chineses sonham com laboratórios de última geração, centros de pesquisa novos em folha e parcerias patrocinadas pelo

¹ *Correspondente do China Economics Quarterly em Pequim.*

² *N. T.: aproximadamente US\$ 9 bilhões.*

Estado entre empresários e academia, que produzirão tecnologias inovadoras e comercialmente viáveis, tornando as exportações mais lucrativas.

Mão visível

Para que essa política seja bem-sucedida, são necessários mecanismos que traduzam impulsos de pesquisa liderados pelo Estado em produtos comercialmente viáveis. Na União Soviética, enormes investimentos estatais em pesquisa básica produziram quase nada de valor comercial. Os Estados Unidos são o diametralmente oposto, de forma que críticos de esquerda denunciam a maneira como o substrato da pesquisa publicamente financiada (especialmente para tratamentos médicos) é revertido em ganhos para o setor privado. Nos países do Leste Asiático que se desenvolveram com sucesso, como Japão e Coreia do Sul, o governo garantiu proteção e incentivos para empresas, porém deixou a pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas mãos das corporações.

Intensidade de P&D por país – 2003

Países	Intensidade
Suécia	4,0
Japão	3,2
Coreia do Sul	2,6
Estados Unidos	2,6
Alemanha	2,6
OCDE (média dos países membros)	2,2
Taiwan	2,6
UE-25	1,9
Rússia	1,3
China	1,3
Brasil	1,0
Índia*	0,9

*Dados de 2001 Fonte: OCDE

A China parece copiar um pouco de todos esses modelos. Apesar de ter transferido grande parte do P&D para empresas, o governo ainda mantém papel de liderança. Comparações internacionais mostram que o Estado chinês gasta proporcionalmente menos em P&D do que os Estados Unidos, mas as estatísticas camuflam o fato de que muito do financiamento garantido pelas indústrias provém de empresas estatais (SOEs, em inglês). Ademais, o governo continua a responder por aproximadamente ¼ do P&D na China, contra 12% nos Estados Unidos. A estrutura do investimento em P&D na China é mais próxima a de países ex-comunistas, tais como Rússia e Polônia, onde o Estado continua a concentrar parte da pesquisa em tecnologia.

P & D: quem faz?

Países	Indústria (%) do total	Universidades (%) do total	Governo (%) do total
China	67	10	23
UE-25	63	22	13
Japão	75	13	10
Rússia	69	6	24
Estados Unidos	70	14	12

*Dados de 2004 Fontes: OCDE e MOST

Não há nada necessariamente errado nisso: em um país relativamente pobre, cujas empresas ainda são pequenas, um impulso estatal em P&D pode ser uma política perfeitamente sã. Não satisfeito em fomentar novas indústrias, no entanto, o governo está também determinado a receber retorno financeiro direto sobre seus investimentos. Além de contribuir indiretamente, por meio de impostos e redução

no valor dos *royalties* pagos por SOEs a detentores de patentes estrangeiros, centros de pesquisa devem se auto-sustentar quando o financiamento governamental se esgota. A pesquisa, em outras palavras, deve ser lucrativa. Departamentos do governo, como o Ministério de Ciência e Tecnologia, agem essencialmente como investidores comerciais: eles celebram parcerias com empresas e instituições de pesquisa, e esperam que o investimento lhes renda bons frutos.

Quadro 1

Recuperando talentos

Uma estratégia do governo para impulsionar inovação é a reversão do “*brain drain*”, ou seja, o recrutamento de talentos em pesquisa no exterior. Isso é feito por meio da oferta de uma variedade de incentivos para atrair expatriados qualificados. A Academia Chinesa de Ciências (CAS, em inglês) oferece regularmente bolsas de Rmb 2 milhões – um pacote que pode incluir hospedagem, efetivação total, laboratórios e equipamentos modernos, e equipes de pesquisa com alunos de pós-graduação. O Ministério da Educação premiou 2.218 professores repatriados com um total de Rmb 144 milhões entre o final dos anos 80 e 2003. O *Yangtze River Scholars Programme*, fundado conjuntamente pelo magnata de Hong Kong, Li Ka-shing, e o Ministério da Educação, trouxe de volta 537 acadêmicos, de 1998 a 2004, para que se tornassem líderes em áreas-chave de pesquisa. Em 2005, o número de repatriados alcançou 30 mil, contra sete mil em 1999.

Muitos dos *startups* de tecnologia chineses foram fundados por pesquisadores que retornaram ao país. Entretanto, David Zweig, da *Hong University of Science and Technology*, estudioso de longa data das migrações de chineses educados, é cético quanto à capacidade da China em trazer de volta a “nata intelectual”. Suas entrevistas com chefes de institutos de pesquisa sugerem que o alto escalão dos pesquisadores chineses permanece no exterior, e que poucos cientistas retornam com malas recheadas de patentes. Metade dos 30 mil repatriados em 2005 havia completado apenas graduações ou mestrados de um ano – dificilmente o embasamento necessário para se construir um grande pólo tecnológico.

Longe do básico

Um efeito dessa abordagem utilitária é que agências de pesquisa tornam-se avessas a pesquisas puramente acadêmicas, que podem, uma ou duas vezes a cada geração, produzir avanços científicos genuínos. Por exemplo, a pesquisa chinesa em células-tronco – uma área na qual o governo acredita poder tomar vantagem sobre seus rivais ocidentais – é mais concentrada em aplicações clínicas do que em compreender os mecanismos básicos da biologia das células-tronco. A maioria dos melhores laboratórios de pesquisa em células-tronco, tal como o Centro de Pesquisa em Células-Tronco da Universidade de Pequim, deu origem a empresas para lucrar com suas pesquisas.

As empresas derivadas de universidades ou instituições de pesquisa (*spin-off firms*) são um dos maiores mecanismos pelos quais o governo almeja comercializar a pesquisa financiada pelo Estado. Tais empresas têm um histórico venerável na China reformista. Exemplos proeminentes incluem: Lenovo, a fabricante de computadores (derivada da Academia Chinesa de Ciências, na década de 1980); Founder, pioneira em publicação de *software* em língua chinesa (Universidade de Pequim, década de 1980); e Neusoft, a maior empresa de *software* chinesa (Faculdade do Norte de Shenyang, década de 1990). A maior parte das firmas mais antigas desse tipo foi criada não com a intenção de inovar em suas áreas, mas de gerar fluxo de caixa para suas instituições de origem.

Recentemente o governo tem formulado políticas mais sistemáticas e direcionadas à inovação com “transferência de tecnologia” (definida aqui como processo de comercialização de pesquisa pública, distinto do regime regulatório que visa compelir empresas estrangeiras a transferir tecnologia a parceiros locais). Em maio de 2003,

o Ministério de Ciência e Tecnologia (MOST, na sigla em inglês) anunciou projeto regulatório que encoraja a criação de departamentos universitários dedicados à propriedade intelectual; começou também a oferecer subsídios para aplicações internacionais de patentes. Muitas universidades, seguindo o exemplo das norte-americanas, têm estabelecido, desde então, escritórios de transferência ou licenciamento de tecnologia (TTOs/TLOs, nas siglas em inglês) para reduzir a distância entre o laboratório e o mercado.

Quadro 2

Convertendo biochips em dinheiro

CapitalBio, uma empresa de biotecnologia sediada em belas construções de vidro e aço no centro do Parque de Ciências da Vida (Life Science Park) em Pequim, é exemplo do quanto boas conexões podem valer na China. O presidente do conselho da empresa atua também como presidente da Universidade de Tsinghua, ao passo que o executivo-chefe e outros diretores são professores da universidade. Apesar de a empresa ser oficialmente privada, ela recebe mais de 80% de seus recursos do governo, e sua maior acionista é a Tsinghua, que detém fatia de 38%.

O executivo-chefe Jing Cheng fundou a companhia em 2000, quando foi convencido a retornar após mais de 20 anos vivendo no Reino Unido e nos Estados Unidos. Foi então que ele se tornou presidente do conselho do Centro Nacional de Pesquisa em Engenharia da *Beijing Biochip Technology*, da qual a CapitalBio é afiliada. Estudantes da pós-graduação das universidades de Tsinghua e Huazhong exercem cargos de pesquisa na companhia. O MOST considera CapitalBio como seu empreendimento tecnológico modelo e que não pode falhar.

A CapitalBio produz biochips do tamanho de cartões de crédito que permitem que amostras de DNA sejam reproduzidas e ampliadas digitalmente no computador. Essas imagens digitais são, então, utilizadas para diagnosticar infecções virais ou bacterianas. Uma leitura molecular profunda de um tumor, por exemplo, pode mostrar exatamente como o câncer está se desenvolvendo.

O Professor Jing é, não surpreendentemente, um entusiasta do apoio que tem recebido não apenas da Tsinghua, mas também do governo municipal de Pequim. Oficiais municipais “vieram a nós e disseram, ‘Nós construiremos um parque de ciências da vida. O que vocês querem nele?’”, e sorri. O resultado é um terreno paisagístico, pincelado com lagos artificiais, e uma corrente integrada de P&D compreendendo instituições de pesquisa pura como o Instituto Nacional de Ciências Biológicas, patrocinado pelo MOST, e testes clínicos no *New Peking Union Medical Hospital*.

O negócio da educação é o negócio

Este modelo se parece um pouco com o bem-sucedido sistema norte-americano, mas a semelhança é superficial. Em ambos os países, agências governamentais como a Fundação Nacional de Ciências (a versão chinesa, nomeada a partir de sua contraparte norte-americana) financiam pesquisa básica no laboratório. Uma vez que uma inovação tecnológica é identificada, o escritório de transferência de tecnologia ajuda pesquisadores a iniciarem seu negócio. Nos Estados Unidos, a *startup* comercial será constituída como uma empresa privada, cortando os laços financeiros e administrativos com a universidade. Na China, no entanto, com sua linha mais tênue entre setores público e privado, iniciativas empresariais freqüentemente permanecem inseridas nos laboratórios de pesquisa e continuam a receber dinheiro estatal.

Tal arranjo cria riscos tanto para as universidades quanto para as empresas. Estas, por sua vez, podem sofrer por nunca se exporem totalmente aos rigores do mercado. Inversamente, as universidades, esperando que essas empresas

financiem departamentos de pesquisa, são tentadas a considerar como missão central a atividade comercial, em oposição ao ensino e à pesquisa. “Na China, universidades não tratam apenas de educação, mas controlam e administram negócios diretamente,” diz Xue Jun, diretor administrativo do *Tsinghua Science Park Venture Capital Ltd*, o braço de negócios da Universidade de Tsinghua. A Tsinghua é o foco da estratégia chinesa para criar seu próprio Vale do Silício – o modelo de transferência de tecnologia mais bem-sucedido do mundo – no norte da região de Zhongguancun, em Pequim. Tal como o Vale do Silício, que surgiu ao redor da Universidade de Stanford no início dos anos 1980, Zhongguancun tem se tornado principal centro de pesquisa e empreendimento tecnológicos, abrigando tanto empresas campeãs como a Lenovo quanto dúzias de *startups* financiadas por empreendedores locais e repatriados.

A maior diferença entre as abordagens chinesa e norte-americana está na medida em que as universidades de origem dependem da renda gerada por suas empresas. Certamente universidades dos Estados Unidos ganham dinheiro com licenciamento de tecnologia, porém não recebem receita direta de negócios nem contam com retorno financeiro de pesquisas básicas. Enquanto um ou outro departamento universitário pode ter sorte com alguma invenção lucrativa, receitas de transferência de tecnologia em universidades norte-americanas contribuem, em média, com apenas 2% a 4% dos orçamentos de pesquisa. Fundamentalmente, as universidades nos Estados Unidos permanecem como organizações sem fins lucrativos, e são governadas por regime tributário e legal que regula entidades desse tipo.

Tsinghua Inc.

Na China, o diretor de uma fundação norte-americana de pesquisa sugere sarcasticamente que a Universidade de Tsinghua, em particular, corre perigo de vender sua alma: “O que é Tsinghua: uma universidade ou uma incubadora de empresas?”, ele pergunta. A Tsinghua controla uma empresa de semicondutores que comercializa seus produtos nas instalações da universidade, e diversos professores atuam também como presidentes de empresas. Pesquisadores universitários estão sob intensa pressão para gerar dinheiro para apoiar a universidade, e “isso compromete o objetivo da educação”, aponta o diretor.

Xue Jun rebate vigorosamente tais críticas. “Não há, definitivamente, qualquer conflito de interesses entre o lado comercial e o acadêmico da universidade. Se bem administrado, acredito que ter ambos será uma grande vantagem.” Um exemplo é o *Tsinghua Foxconn Nanoscience Centre*, que é financiado privadamente pela fabricante de computadores Foxconn e tem produzido uma série de artigos em periódicos especializados de vanguarda. Ainda que a universidade detenha empresas de grande porte, diz Xue, o foco de Tsinghua continua sendo ensino e pesquisa.

Xue Jun reconhece que a Tsinghua enfrentou “algumas experiências ruins” tentando administrar suas *startups*. “No passado, a universidade deteve muito controle, envolvendo-se em operações de negócios e levando seus interesses para dentro da empresas. Isso causou conflito entre a universidade e os acionistas.” *Startups* controladas por universidades – que normalmente transferem suas ações para a universidade em troca de direitos de posse de propriedade intelectual – costumavam reportar-se diretamente ao reitor. Tendo aprendido que administração de empresas e academia não andam bem juntas, a Tsinghua aprendeu, de acordo com Xue, a retroceder e deixar suas companhias “tomarem suas próprias decisões baseadas em condições do mercado.”

Tal como a maioria dos pronunciamentos de membros do governo chinês sobre a importância do mercado, a declaração de Xue é um tanto superestimada. “Condições de mercado” para tecnologia na China são imaturas, em grande medida devido ao déficit de *expertise* financeira. O Vale do Silício é um sucesso porque combina ambiente propício, no qual cientistas e empreendedores são livres para lucrar individualmente com as inovações que criam, com larga reserva de capital privado de risco (*venture capital*). Capitalistas de risco (*venture capitalists*) trazem não apenas dinheiro, mas *know-how* industrial e administrativo.

Gastos com P&D por província – 2004

Províncias	RMB bilhões
Pequim	31,7
Jiangsu	21,4
Guangdong	21,1
Xangai	17,1
Shandong	14,2
Zhejiang	11,5
Liaoning	10,7
Shaanxi	8,4
Sichuan	7,8
Hubei	5,7

Fonte: MOST

Deixe minhas patentes irem

Ainda não existe, efetivamente, capital de risco doméstico forte na China. Tal fato se deve à existência de outros meios mais seguros de ganhar dinheiro em uma economia que se expande a 10% ao ano (imagine o mercado imobiliário). Membros do governo e seus agentes em universidades vêem esse espaço como um convite à participação do governo. E o governo, é desnecessário dizer, direciona seu investimento com um olho voltado à política, não apenas ao sucesso comercial. “Se vamos realizar um investimento, devemos considerar se empresa contribuirá para a política governamental de transferência de tecnologia, pois somos indiretamente controlados pelo Estado,” diz Xue.

Em 2006, assistimos a um influxo de capital de risco estrangeiro para a China, o que pode contribuir para preencher a escassez de financiamento do setor privado. Mas isso não terá qualquer impacto sobre o segundo obstáculo a *startups* de tecnologia: o controle firme do Estado sobre direitos de propriedade intelectual. Uma das razões pelas quais universidades tais como Stanford e Cambridge têm sido tão bem-sucedidas ao criarem empresas é que ambas aplicam políticas notavelmente liberais sobre propriedade intelectual: a não ser que patentes e invenções derivem diretamente de trabalhos comissionados pela universidade ou clientes externos, o direito é de seus criadores.

Na China, em contraste, o direito de propriedade intelectual é garantido à instituição pública que os financia. Ainda que pesquisadores individuais possam, em teoria, assinar contratos para obter a posse de propriedade intelectual, o comportamento empreendedor privado entre acadêmicos chineses continua sendo raro. David Evans, professor de química britânico da Universidade de Tecnologia Química de Pequim, diz que seus colegas chineses não esperam lucrar individualmente com a comercialização de suas invenções, pois todos os lucros retornarão à universidade. Encorajamento para inovação independente – dar a cientistas individuais incentivos financeiros para comercializar sua própria pesquisa – é exatamente a falha do sistema atual.

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nossa julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 01.09.2006. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Comércio bilateral

Após sete meses, Brasil registra superávit comercial com a China em abril

Após registrar déficits desde outubro de 2006, o Brasil alcançou superávit comercial com a China em abril, de US\$ 159 milhões. As exportações brasileiras para o país registraram aumento de 70% no mês, enquanto o valor total das importações manteve-se constante. O resultado positivo, no entanto, reverteu-se em maio, quando a balança comercial sino-brasileira voltou a ser positiva para os chineses em US\$ 49 milhões. Especialistas estimam que as importações provenientes da China deverão crescer 11,5% em comparação a 2006 e superar US\$ 10 bilhões. O comércio sino-brasileiro deverá ultrapassar US\$ 20 bilhões no mesmo período.

Comércio internacional

Superávit chinês é recorde em maio

O saldo da balança comercial chinesa registrou recorde mensal em maio, de US\$ 22,5 bilhões, crescimento de 73% em relação ao mesmo mês do ano anterior. As exportações totalizaram US\$ 94,1 bilhões, enquanto as importações alcançaram US\$ 71,6 bilhões no período.

O governo chinês tem sido pressionado por parceiros comerciais a adotar medidas que reduzam o acelerado crescimento do superávit do país. De janeiro a maio de 2007, o déficit comercial acumulado norte-americano com a China foi de US\$ 85,7 bilhões e, no mesmo período de 2006, o déficit foi de aproximadamente US\$ 82,2 bilhões. Para a União Européia, o saldo negativo anual previsto para 2007 é de US\$ 170 bilhões, cerca de US\$ 42 bilhões a mais do que o registrado em 2006.

Legislação

Lei de falências chinesa entra em vigor

Após mais de uma década de discussão, entrou em vigor, em 1º de junho, lei que regula a falência de empresas privadas chinesas. A nova lei privilegia os credores e não os empregados. Liquidar uma empresa pode muitas vezes ser benéfico para a economia, visto que libera ativos que estavam desabilitados, e assim possibilita novos investimentos. Além disso, muitas empresas chinesas encontram-se legalmente ativas, porém não funcionam mais na prática, e assim suas dívidas constam como recebíveis no balanço de pagamentos de outras empresas e geram problemas na contabilidade.

Leia mais na
Carta da China 21

Investimento I

Investidor em *portfolio* troca China por América Latina

Segundo dados do último relatório divulgado pela consultoria norte-americana especializada em fundos de investimento globais *Emerging Portfolio*, investidores estrangeiros têm investido menos nos mercados de capitais da China e vêm favorecendo a América Latina, sobretudo o Brasil. Somente na primeira semana de junho, os saques em fundos de ações de empresas chinesas superaram a marca de US\$ 1 bilhão, enquanto nos fundos de ações dedicados à América Latina foram aplicados US\$ 810 milhões.

A saída de capitais da China ganhou impulso desde que o governo chinês elevou a tributação dos investimentos em ações de 0,1% para 0,3%, no fim de maio. O crescimento chinês tem beneficiado as ações da América Latina. A crença na crescente demanda chinesa por matérias-primas trouxe para México e Brasil, desde o início de abril deste ano, cerca de US\$ 3,32 bilhões para as carteiras dedicadas a esses países.

Investimento II

Governo chinês abre portas para investimento em ativos de risco

A China sinalizou que está preparada para aceitar empresas estrangeiras de *private equity*. No início de junho, entrou em vigor nova lei que estabelece ambiente regulatório tanto para fundos de *private equity* (que investem em empresas

promissoras) quanto de *venture capital* (que aplicam em projetos de alto risco). A nova lei reconhece as particularidades da estrutura financeira chinesa e simplifica os impostos incidentes. Tal medida limita as responsabilidades dos investidores e revoga lei anterior que estabelecia tributação sobre participações em ativos. O objetivo principal é encorajar os investimentos, e assim auxiliar o desenvolvimento do mercado acionário. Segundo o *Financial Times*, mais de 90% do financiamento das empresas chinesas tem como origem empréstimos bancários. Mudar este cenário, por meio do fortalecimento do mercado de capitais, é um dos objetivos das autoridades chinesas.

Energia I

China adota medidas para promover produção de gás natural

O governo chinês implementará medidas direcionadas à expansão do setor de gás natural, com o objetivo de elevar a participação do produto no consumo de energia do país de 3% para 5,3% até 2010. Entre as medidas, que entrarão em vigor até o final de 2007, estão isenção e redução de impostos a investidores estrangeiros e facilitação dos mecanismos de importação do produto.

Investidores estrangeiros que atuem na área de processamento de gás e construção e administração de gasodutos urbanos estarão isentos do imposto de renda de pessoa jurídica nos dois primeiros anos, além de obterem redução significativa nos anos seguintes. Para facilitar a importação de gás natural e GNL, o Ministério do Comércio (MOFCOM, na sigla em inglês) eliminou a necessidade do pedido de "licença automática de importação", a qual os importadores de *commodities* estavam sujeitos.

Investimento III

Empresas chinesas querem investir mais fora de casa

Um número cada vez maior de empresas chinesas tem intenção de realizar fusões ou aquisições no exterior nos próximos 12 meses, segundo pesquisa conduzida pelo *Economist Intelligence Unit*. A Ásia continua sendo o destino preferencial dos investimentos chineses, mas começa a perder espaço para mercados americanos e europeus.

A preferência por seus vizinhos asiáticos, tais como Vietnã e Cingapura, justifica-se pela semelhança dos regimes comerciais e financeiros e pela boa receptividade aos investimentos chineses. Inversamente, empresas chinesas têm encontrado dificuldades para operar em certos mercados europeus e norte-americanos devido tanto à resistência política à entrada do capital chinês quanto aos regimes regulatórios adotados nestes países, mais restritivos e competitivos do que aqueles com os quais os chineses estão acostumados.

Aviação

Bombardier e Avic-1 firmam *joint-venture*

Terceira maior produtora mundial de aeronaves, a Bombardier assinou acordo com a chinesa Avic-1 e será parceira na produção do ARJ21-900, variação da aeronave regional chinesa ARJ21-700, de 110 assentos. As empresas assinaram memorando para iniciar cooperação estratégica de longo prazo no desenvolvimento de aeronaves comerciais.

A Bombardier investirá US\$ 100 milhões no projeto e receberá *royalties* das vendas. Já a Avic-1 concordou em investir US\$ 400 milhões em pesquisas e desenvolvimento e deverá construir aparatos e equipamentos para a produção da fuselagem de um novo modelo. Este, com capacidade média entre 110 e 130 passageiros, fará parte da C Series, projeto da Bombardier para 2008. A aeronave será a maior já produzida pela empresa canadense. Caso o plano seja concretizado, a C Series entrará em operação em 2013. A Avic-1 já fornece parte da fuselagem de outra aeronave da Bombardier, a Q400.

Leia mais em artigo da *Dragonomics* publicado na Carta da China 22

Governo chinês

Morre vice-premiê Huang Ju

Huang Ju, responsável pelas pastas de Economia e Finanças, morreu aos 68 anos em 2 de junho. Huang era um aliado importante do antecessor de Hu Jintao, Jiang Zemin. Sua morte pode vir a incitar disputas entre partidários de Hu e de Jiang por seu cargo no Comitê Central e dificultar assim a consolidação do poder do atual presidente. Neste ínterim, suas atividades serão exercidas pela primeira-ministra Wu Yi, que em maio liderou a delegação chinesa no diálogo econômico-estratégico com os EUA.

Superaquecimento

Empresas estatais chinesas terão que distribuir dividendos

China anunciou no final de maio que colocará em prática o programa que exige que empresas estatais distribuam dividendos a empregados e acionistas. A reforma visa diminuir o reinvestimento excessivo (e muitas vezes ineficiente) das estatais. Se a determinação for de fato implementada, os recursos levantados poderão ser volumosos, e o governo chinês pretende aplicá-los em áreas como sistema de bem-estar social e desenvolvimento industrial, com ênfase em empresas de alta tecnologia. Não há, porém, previsão de quando o programa será implementado. Em agosto de 2006, o *Quarterly Update* do Banco Mundial havia indicado a necessidade de distribuição de dividendos pelas estatais chinesas para diminuir o excesso de investimento.

Pobreza

China promove seminário para auxiliar países sul-asiáticos no combate à pobreza

Vinte políticos do Afeganistão, Bangladesh, Nepal, Paquistão e Sri Lanka foram a Pequim, no início de junho, para participar de ciclo de palestras de duas semanas sobre redução da pobreza. O objetivo é repassar a experiência chinesa com políticas de desenvolvimento socioeconômico e as estratégias de redução do nível de pobreza. O treinamento esteve voltado para o desenvolvimento rural, combate à miséria e criação de fundos de combate à pobreza, além de políticas de integração econômica regional. O seminário reflete o empenho do governo chinês na consolidação de suas parcerias com nações sul-asiáticas.

Energia II

China pretende abrir setor de energia nuclear a investimentos privados

O governo chinês divulgou que encontra-se em tramitação lei que permitirá investimentos privados, domésticos e estrangeiros, no setor de geração de energia nuclear. Os investidores não poderão, no entanto, deter parcela majoritária. Isto acontece ao mesmo tempo em que a *State Nuclear Power Technology Corp Ltd*, oficialmente estabelecida em maio, negocia parceria com o consórcio Westinghouse/Shaw para a construção de reatores.

A expansão do setor nuclear faz parte da estratégia chinesa para diversificar sua matriz energética, fundamental para atender crescente demanda por energia no país, decorrente do acelerado crescimento econômico.

Comércio internacional II

Estados Unidos limitam exportações de tecnologia para a China

O governo norte-americano divulgou lista de 20 grupos de produtos que necessitarão de aprovação prévia para serem exportados à China. O objetivo da medida é intensificar restrições à exportação de itens de aplicação dual ou estritamente militar pelos chineses. A decisão, aplicada pelo Bureau de Indústria e Segurança norte-americano, inclui itens como computadores de última geração e alguns tipos de laser.

Leia mais na
Carta da China 20

A medida foi criticada nos Estados Unidos por especialistas em controle à exportação por serem prejudiciais à indústria nacional, explicitando a falta de coordenação entre governo norte-americano e setores industriais, além de estimular que a China adquira tais produtos com outros parceiros comerciais.

Tradicionalmente modestos, os gastos militares chineses cresceram aproximadamente 400% na última década, e irão aumentar outros 18% em 2007, anunciaram autoridades chinesas. De acordo com o governo, os gastos são dedicados à atualização de suas forças, hoje largamente ultrapassadas.

Inflação

Doença que afeta suínos tem elevado preços

Epidemia que tem dizimado milhões de porcos na China elevou rapidamente o preço da carne suína, gerando pressões inflacionárias. A doença é conhecida como síndrome reprodutiva e respiratória suína, ou “doença da orelha azul”. A alta internacional do preço dos grãos, utilizados na ração, também exerce forte influência sobre o aumento de preços.

Por ser este o tipo de carne mais consumido entre os chineses, o primeiro-ministro Wen Jiabao demonstrou preocupação ao visitar fazendas e afirmou que medidas serão tomadas, incluindo subsídios diretos a fazendeiros e consumidores de baixa renda. O governo chinês anunciou que planeja desembolsar aproximadamente US\$ 850 milhões para a contenção dos preços do produto.

Entidades governamentais afirmam que, nos últimos doze meses, o preço da carne suína aumentou 43%. O alimento representa quase 4% da cesta do índice de preços ao consumidor e, portanto, pressiona a alta de preços. Em maio, o IPC subiu 3,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. De qualquer forma, isto não significa efetivamente que a economia chinesa já esteja inflacionária, visto que mudanças no preço dos alimentos são muitas vezes percebidas como fenômenos sazonais. Além do mais, volumosas reservas de divisas e elevado superávit comercial garantem à China mecanismos seguros para lidar com a inflação. O Banco Central chinês declarou que está atento a estas variações nos preços de alimentos, enquanto não decidir se deve ou não elevar a taxa de juros.

Informática

Domínio “.cn” é o terceiro maior na internet

A China já ocupa terceira posição no *ranking* de número de websites registrados na internet, atrás apenas de Alemanha (“.de”) e Reino Unido (“.uk”). O total de páginas “.cn” registradas é de 5,3 milhões, cinco vezes superior a 2005, quando a China ocupava a sexta colocação. O crescimento acelerado é reflexo de campanha governamental para aquisição de websites nacionais, que se estenderá até o final de 2007 e estipula preço de apenas US\$ 0,12 pelo registro do domínio. Cerca de 80% das grandes empresas nacionais e 97% dos governos provinciais e locais possuem websites com domínio “.cn”.

Entretenimento

México exportará novelas para a China

A emissora *Chinese Central Television* (CCTV) transmitirá novelas da rede mexicana Televisa, dubladas em mandarim. O México, por sua vez, assistirá a programas da CCTV dublados em espanhol. O acordo de cooperação entre as duas redes de televisão foi assinado em maio, e pretende ser mais do que uma iniciativa com fins comerciais, uma tentativa de aproximação de ambas as sociedades.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel

Isabela Nogueira

Maria Naumann

Zaira Lanna

Estagiários: Ana Luiza do Carmo, Dani Nedal e Estêvão Salles

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360º – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br